

**Parecer nº 208/99**

Data: 1999.11.24

Processo nº 757

**Requerente:** Maria Filomena Sena, advogada, em representação de Filomena da Conceição Glória António.

**1 - O pedido**

Maria Filomena Sena, advogada, mandatária de Filomena da Conceição Glória António, requereu ao Hospital de Santa Maria o acesso ao relatório de autópsia de Virgílio Manuel Serafim, marido da sua constituinte, falecido em 29 de Julho de 1999. Alegou necessitar a dita Filomena António de saber a causa da morte do seu marido.

Nos termos do artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei do Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida pela sigla LADA), na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho (redacção que se terá em conta em todas as citações que dela a seguir se fizerem), o referido hospital solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação do documento a que a dita requerente pretende aceder.

**2 - Os factos**

Consideram-se provados os alegados vínculo conjugal e falecimento, através de fotocópias (que se juntaram ao processo) do assento de óbito do referido Virgílio Manuel Serafim e do assento de casamento deste com Filomena da Conceição Glória António.

Também se considera provado, através de fotocópia da respectiva procuração, que à requerente foram outorgados os poderes forenses que invoca.

### **3 - O Direito**

3.1. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais cf. artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)*, da LADA, como são, em regra, os relatórios médicos, é permitido o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo (cf. artigo 8º, nº 1, da LADA). Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da LADA);
- Obtenção de parecer favorável da CADA cf. artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea *c)*, da LADA.

3.2. É doutrina da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo para acesso a certos dados clínicos de pessoa falecida existe em situações em que um seu familiar muito próximo, como é a sua viúva, necessite de conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte.

A finalidade invocada na declaração da requerente permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito da sua constituinte ao acesso aos mencionados dados pessoais de seu falecido marido.

### **4 - Parecer**

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea *c)* do nº 1 do artigo 20º da LADA, emitir parecer favorável ao acesso de Filomena da Conceição Glória António (por si ou através da sua dita advogada) ao relatório de autópsia, arquivado no Hospital de Santa Maria e relativo a seu marido, desde que este

estabelecimento hospitalar não tenha notícia de que tal documento esteja integrado em processo sujeito a segredo de justiça.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela citada Lei nº 94/99.

Envie-se cópia deste parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria, Lisboa.

Aprovado na sessão da CADA de 24 de Novembro de 1999.

*Amadeu Guerra* (Relator) – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Castro Martins* (Presidente)